

Entrevista

Professor Surdo e Alunos Universitários (um surdo e um ouvinte)

João Lázaro*

Marcus Vinicius Freitas Pinheiro**

Rafael Iebra***

Vanessa Bartolo****

Há, no Brasil, 5.750.809 pessoas com problemas relacionados à surdez. São 519.460 com idade até 17 anos e 276.884 entre 18 e 24 anos, segundo o Censo Demográfico de 2000 do IBGE. Estavam matriculados na Educação Básica apenas 56.024 surdos, sendo 2.041 (3,6%) no Ensino Médio, segundo o Censo Escolar do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas — INEP/MEC, de 2003.

Com o Decreto nº 5.626, de 22/12/2005, a disciplina de LIBRAS será obrigatória nos cursos de licenciatura, pedagogia, fonoaudiologia, e opcional nos demais. Após um ano de vigência, as instituições deverão ter em seus quadros um tradutor e intérprete de LIBRAS, para atuarem nos processos seletivos e nas salas de aula. Do mesmo modo, o Sistema Único de Saúde — SUS e os órgãos públicos federais terão que reservar 5% de suas vagas para servidores e funcionários tradutores ou intérpretes de LIBRAS.

Neste número da revista Arqueiro, convidamos um professor surdo, um aluno surdo universitário e um aluno ouvinte, colega de classe do segundo, para se manifestarem a respeito desse acontecimento que, a partir dessa data, reescreve a história da educação de surdos no país.

1) Queremos, primeiramente, parabenizá-los por esta grande conquista e saber que mudanças poderão vir a ocorrer com este Decreto?

Professor surdo: São muitas as mudanças, a começar pelas vantagens e benefícios que os indivíduos surdos receberão, tendo uma acei-

*Aluno surdo, cursando Desenho Industrial, 4º período na UNIVERCIDADE — campus Ipanema,

**Professor surdo e Pedagogo.

***Aluno ouvinte, cursando Desenho Industrial, atualmente no 6º período na UNIVERCIDADE — campus Ipanema,

****Intérprete formada pela APADA — Niterói, na 1ª turma de Qualidade Profissional. Trabalha com interpretação em escolas e universidades há 4 anos.

tação maior, por parte da sociedade, da Língua de Sinais, uma vez que a maioria dos surdos de nosso país se comunica por meio da LIBRAS. Além do mais, creio que haverá maior acessibilidade para todos nós nos diversos serviços públicos oferecidos em nosso país.

- 2) **Pelo que rege o Decreto, escolas e universidades terão que contratar intérpretes e/ou monitores para os alunos surdos. A difusão da LIBRAS é agora uma realidade a ser respeitada e mantida. Como você vê a preparação e capacitação de pessoal para este fim?**

Professor surdo: Vejo que ainda não estamos preparados devidamente para colocarmos intérpretes nas instituições, pois há controvérsias nas interpretações de alguns. Acredito que, com as universidades criando cursos de graduação e pós-graduação para esta área, talvez futuramente tenhamos intérpretes fiéis ao que os surdos dizem. Não tenho nada contra os atuais, mas sei que são poucos os intérpretes em que os surdos realmente confiam e que compreendem o que dizem fielmente. A maior parte dos que interpretam, atualmente, são oriundos de igrejas e têm pouco conhecimento dos aspectos educacionais que englobam a tradução e interpretação dentro de uma instituição de ensino. No início, ficam perdidos e, aos poucos, vão se adaptando; mas, pelas experiências que os alunos do curso de pré-vestibular do INES me passaram, ainda faltam mais adequações aos intérpretes.

Quanto aos monitores, aqui conhecidos como Assistentes Educacionais, o INES é o pioneiro neste trabalho de formação. Temos diversos alunos e ex-alunos já formados, mas que não atuam neste trabalho, por falta de interesse e/ou informação das instituições de ensino que trabalham com alunos surdos. Para isso, basta a instituição entrar em contato com a DIEPRO e verá uma relação de nomes de monitores surdos capacitados para atuarem nas escolas, com vistas a ajudar o desenvolvimento da educação dos alunos surdos.

3) Sabemos que muitos universitários surdos contratam intérpretes para que tenham um maior entendimento do que lhes é transmitido nas universidades, visto que algumas delas ainda não contrataram esse tipo de profissional. Agora isso deverá mudar. O que mais será necessário para que se efetive uma mudança significativa no que diz respeito ao acesso pleno das pessoas surdas à educação universitária?

Professor surdo: Esta questão é constantemente discutida nos corredores universitários. Como professor da Universidade Salgado de Oliveira — UNIVERSO, que contratava intérpretes, houve problemas devido a alguns desses profissionais quererem escolher para quem interpretar e uns surdos brigarem com outros pelo intérprete que queriam. Por causa desta discussão, a instituição resolveu parar de contratar intérpretes, deixando a cargo de cada aluno a sua contratação por conta própria. Também há outro problema: muitos tentam ganhar um salário maior ou igual ao de um professor universitário, o que grande parte das instituições de ensino não aceita. Além do mais, eles têm que compreender que não são contratados apenas para interpretar, mas para ajudar no que for necessário e muitos não aceitam. Aí surge o problema: se o aluno falta, o intérprete não faz nada; se o aluno mata a aula, o intérprete não faz nada; se o aluno não tiver aula naquele dia, o intérprete não vai ou comparece apenas para ficar sentado sem fazer nada. Prefiro parar por aí, já que os questionamentos são muitos. Há ainda o fator de que numa turma que tenha dois ou mais surdos e se um passa e o(s) outro(s) perde(m) a matéria do período, o intérprete vai ficar com quem?

Não sou favorável à contratação de intérpretes que apresentem algum problema de saúde, uma vez que interpretar envolve muito desgaste físico e mental daquele que exerce essa função. Também é preciso que o profissional saiba que quem estuda é o aluno e não o intérprete. Já houve casos em que o intérprete pegou o texto destinado ao aluno e o levou para casa para ler, deixando o aluno sem saber o conteúdo da aula — é uma grande quebra da ética. Bastaria solicitar ao aluno a cópia do texto e estava resolvido o problema. Mas a questão maior não está aí e sim na aula, pois os professores universitários utilizam linguagens científicas que muitos intérpretes desconhecem; o ideal seria que o intérprete fosse alguém que conhecesse a área que irá interpretar.

Aluno surdo: O professor, em sala de aula precisa conhecer o universo do surdo, preparar aulas que integrem surdos e ouvintes. Professores e alunos precisam entender e respeitar a cultura dos surdos.

- 4) **Como você encara a proposta de provimento das escolas com professores e/ ou instrutores de LIBRAS, tradutor e intérprete — LIBRAS / Língua Portuguesa e professor regente de classe com conhecimento das singularidades lingüísticas dos surdos neste imenso território nacional?**

Aluno ouvinte: É muito importante. De fato, é um novo caráter que tem que ser inserido, por necessidade no avanço da lingüística no Brasil.

Professor surdo: É uma boa proposta, desde que seja posta em prática, respeitando as identidades de cada indivíduo e suas reais necessidades. No entanto, é preciso que os professores saibam que eles também precisam saber utilizar a LIBRAS como forma de comunicação e expressão, senão aquela relação professor-aluno nunca existirá na sala de aula. O que não pode existir sempre é a relação: professor — intérprete — aluno ou professor — monitor — aluno. O professor precisa conhecer e dialogar também com seus alunos surdos.

- 5) **Qual é a sua expectativa quanto ao cumprimento do Decreto?**

Aluno surdo: Infelizmente, acho que vai demorar para que as pessoas cumpram o decreto, mas tenho esperança de que isso possa acontecer logo.

- 6) **Como você vê a inclusão da LIBRAS no currículo universitário e como é assistir a aulas com um intérprete de LIBRAS na sala de aula?**

Aluno ouvinte: Vejo a inclusão de LIBRAS como uma nova possibilidade de comunicação e avanço na consolidação da cidadania. O Intérprete é um auxiliar de comunicação do professor com o aluno e até mesmo com outros alunos; é claro que não atrapalha a aula, pois o interesse de comunicação é de ambos.

- 7) **Você acredita que, com a regulamentação da LIBRAS e sua obrigatoriedade nos Cursos Normais e de Licenciatura, as barreiras de comunicação serão eliminadas?**

Professor surdo: Isso dependerá da aceitação por parte de nossa sociedade. Gostaria que este decreto fosse estendido também para os médicos otorrinolaringologistas, pois muitos aconselham as famílias de surdos a não deixá-los aprender a Língua de Sinais, o que muitas famílias seguem à risca.

Mas creio que já será um grande passo para as comunidades surdas, uma vez que poderemos apresentar para a sociedade que a nossa língua não é uma barreira intransitável e que ela pode ajudar — e em muito — a quebra de preconceitos e também a nossa aceitação e respeito por parte da sociedade brasileira.

Aluno surdo: Depende de como serão as aulas. Se a LIBRAS for ensinada de modo superficial, dificilmente essas barreiras acabarão. E também para que a barreira da comunicação seja eliminada, é preciso que todos saibam LIBRAS, não só alguns.

Faremos, aqui, uma breve retrospectiva da luta dos surdos em prol do reconhecimento da LIBRAS como língua. Após extensos anos de nosso trabalho, foi criada a Lei 10.436, em 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais, respaldada pelo artigo 18 da Lei 10.098, de 19 de dezembro de 2000.

Em 22 de dezembro de 2005, o Presidente do Supremo Tribunal Federal da República, Luiz Inácio Lula da Silva, assinou o Decreto 5.626, que regulamentou não só aquela Lei como também o art. 18. Assim, o Brasil tornou-se o primeiro país a realizar esse ato.

Segundo as informações colhidas no reportagem de Lilian Macedo — repórter da Agência Brasil, em 27 de dezembro de 2005 —, o Sr. Antônio Campos de Aguiar, representante do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência (Conade), esclareceu que 79 países já reconheceram os sinais como linguagem, mas foi o Brasil o primeiro a regulamentá-la.

Hoje enorme repercussão internacional: a notícia foi publicada em 27/12/2005, no *Notícia Daã Taverre da Itália*, e, em 28/12/2005, no *Diário da Espanha*, sob a forma de artigo. No Brasil, a notícia foi veiculada pela Agência Brasil, em 24/12/2005. Desde aquele grande passo, parabenizando o nosso brasileiro, incentivamos a prosseguir na luta para que os responsáveis pela educação incluam todos os níveis (governo federal, governos estaduais e prefeituras) todos os artigos do Decreto 5.626/2005 como realidade.

